

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte
Natal/RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte
CNPJ/MF nº 70.038.237/0001-47

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	438.125	445.561	CIRCULANTE	192.582	173.806
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.208	2.056	DEPÓSITOS (NOTA 11)	156.578	148.037
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	7.966	-	Depósitos à Vista	124.591	115.834
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.966	-	Depósitos a Prazo	31.987	32.203
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	290.918	343.942	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1	10
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	32	591	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	10
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	290.886	343.351	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	83	50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	107.061	75.090	Recursos em Trânsito de Terceiros	83	50
Operações de Crédito	111.989	81.147	OUTRAS OBRIGAÇÕES	35.920	25.709
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.928)	(6.057)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	117	61
OUTROS CRÉDITOS	26.038	19.663	Sociais e Estatutárias	8.839	3.339
Rendas a Receber	736	699	Fiscais e Previdenciárias	813	1.260
Diversos (NOTA 06 e 07)	25.463	19.118	Diversas (NOTA 12)	26.151	21.049
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(161)	(154)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	2.934	4.810			
Outros Valores e Bens	3.630	6.470			
(Provisão para desvalorização)	(702)	(1.670)			
Despesas Antecipadas	6	10			
NÃO CIRCULANTE	159.944	95.734	NÃO CIRCULANTE	310.217	274.066
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	159.944	95.734	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	310.217	274.066
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	43.122	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	310.217	274.066
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	43.122	-	Depósitos a Prazo	310.217	274.066
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	93.121	81.905			
Operações de Crédito	99.605	92.741			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.484)	(10.836)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	3	1			
Diversos	3	1			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	11.310	10.410	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.270	93.423
Outros Investimentos	11.310	10.410	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	77.751	79.731
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	12.360	3.372	De Domiciliados no País	82.050	84.654
Imóveis de Uso	10.339	3.913	(Capital a Realizar)	(4.299)	(4.923)
Outras Imobilizações de Uso (Depreciação acumulada)	6.293	3.047	RESERVAS DE SOBRAS	7.914	3.947
(Depreciação acumulada)	(4.272)	(3.588)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	28	46	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.605	9.745
Outros Ativos Intangíveis	1.189	1.189			
(Amortização acumulada)	(1.161)	(1.143)			
TOTAL DO ATIVO	598.069	541.295	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	598.069	541.295

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte
CNPJ/MF nº 70.038.237/0001-47

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.667	3	22.670	43.466	61	43.527	37.829	15	37.844
Operações de Crédito	22.091	3	22.094	42.883	61	42.944	37.829	15	37.844
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	576	-	576	583	-	583	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.260)	(10)	(10.270)	(19.112)	(20)	(19.132)	(16.746)	-	(16.746)
Operações de Captação no Mercado	(9.234)	(10)	(9.244)	(18.653)	(20)	(18.673)	(17.549)	-	(17.549)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.026)	-	(1.026)	(459)	-	(459)	803	-	803
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.407	(7)	12.400	24.354	41	24.395	21.083	15	21.098
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.190)	529	(2.661)	(5.623)	707	(4.916)	(1.823)	(213)	(2.036)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.432	1.046	2.478	2.432	1.797	4.229	934	1.118	2.052
Rendas de Tarifas Bancárias	177	-	177	370	-	370	1.414	-	1.414
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.495)	(260)	(8.755)	(17.258)	(493)	(17.751)	(15.147)	(231)	(15.378)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(4.822)	(282)	(5.104)	(9.162)	(586)	(9.748)	(7.390)	(787)	(8.177)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(21)	(68)	(89)	(56)	(108)	(164)	(30)	(45)	(75)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	11.761	199	11.960	24.466	331	24.797	23.596	42	23.638
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(3.222)	(106)	(7.985)	(6.415)	(234)	(6.649)	(5.200)	(315)	(5.515)
RESULTADO OPERACIONAL	9.217	522	9.739	18.731	748	19.479	19.260	(198)	19.062
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	88	-	88	86	-	86	5	-	5
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.305	522	9.827	18.817	748	19.565	19.265	(198)	19.067
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(99)	(99)	-	(166)	(166)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	(57)	(57)	-	(94)	(94)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	(42)	(42)	-	(72)	(72)	-	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(695)	-	(695)	(1.020)	-	(1.020)	(369)	(7)	(376)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.610	423	9.033	17.797	582	18.379	18.896	(205)	18.691
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	582	(582)	-	(205)	205	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.610	423	9.033	18.379	-	18.379	18.691	-	18.691
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.774)	-	(8.774)	(8.946)	-	(8.946)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.657)	-	(4.657)	(4.770)	-	(4.770)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.745)	-	(2.745)	(2.784)	-	(2.784)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.372)	-	(1.372)	(1.392)	-	(1.392)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.605	-	9.605	9.745	-	9.745

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte

CNPJ/MF nº 70.038.237/0001-47

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	65.653	7.943		5.997	79.593
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(5.397)	(5.397)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(600)	-
Outras destinações	-	600	-	(600)	-
Saldo de Incorporação	9.247	-	-	(5.988)	3.259
Reversões de reservas saldo Incorporada	-	(5.988)	-	5.988	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	8.444	-	-	-	8.444
Baixas de capital	(7.192)	-	-	-	(7.192)
Resultado do período	-	-	-	18.691	18.691
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.784)	(2.784)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.392	-	(1.392)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.579	-	-	(4.770)	(1.191)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	79.731	3.947		9.745	93.423
Mutações do Período	14.078	(3.996)		3.748	13.830
Saldos no início do período em 01/01/2019	79.731	3.347		10.345	93.423
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(7.987)	(7.987)
Destinações para reservas	-	1.000	1.300	(2.300)	-
Outras destinações	-	-	-	(58)	(58)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.960	-	-	-	5.960
Baixas de capital	(8.380)	-	-	-	(8.380)
Destinações para outras reservas - Sobras Central	-	-	895	-	895
Resultado do período	-	-	-	18.379	18.379
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.745)	(2.745)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.372	-	(1.372)	-
Juros sobre o Capital Próprio	440	-	-	(4.657)	(4.217)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	77.751	5.719	2.195	9.605	95.270
Mutações do Período	(1.980)	2.372	2.195	(140)	1.847
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	78.175	4.347	1.300	9.346	93.168
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.253	-	-	-	3.253
Baixas de capital	(3.677)	-	-	-	(3.677)
Destinações para outras reservas - Sobras Central	-	-	895	-	895
Resultado do período	-	-	-	9.033	9.033
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.745)	(2.745)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.372	-	(1.372)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.657)	(4.657)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	77.751	5.719	2.195	9.605	95.270
Mutações do Período	(424)	1.372	895	259	2.102

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte
CNPJ/MF nº 70.038.237/0001-47

	01/07/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	5.132	11.732	17.422
Resultado do semestre/exercício	9.033	18.379	18.691
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(3.901)	(6.647)	(1.269)
(Reversão) para operações de crédito	(609)	(5.481)	(2.453)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(967)	(968)	1.451
Provisão para desvalorização de outros créditos	61	7	71
Depreciação do imobilizado de uso	458	685	390
Amortização do intangível	7	18	434
Baixas do ativo permanente	7	15	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(107)	1.815	1.622
Destinações ao FATES	(2.745)	(2.745)	(2.784)
Dividendos SicrediPar	(6)	7	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(39.940)	(38.670)	3.048
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(41.081)	(51.088)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.945	559	232
(Aumento) em operações de crédito	(28.439)	(37.706)	(39.287)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(3.034)	(9)	(1.059)
(Aumento) em outros créditos	(4.920)	(6.391)	(4.491)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.894	2.844	(1.412)
Aumento em depósitos	23.595	44.692	47.023
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(17)	33	(526)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.623)	(2.556)	(1.915)
Aumento em outras obrigações	11.740	10.952	4.483
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(34.808)	(26.938)	20.470
Aquisição de Investimentos	10	(900)	(947)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.158)	(9.688)	(376)
Aplicações no Intangível	30	-	(411)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.118)	(10.588)	(1.734)
Integralização de capital	3.253	5.960	8.444
Baixa de capital	(3.677)	(8.380)	(7.192)
Juros ao capital próprio	(4.657)	(4.217)	(1.191)
Distribuição de Sobras	-	(7.987)	(5.397)
Destinações para outras reservas - Sobras Central	895	895	-
Outras destinações	-	(58)	-
Caixa e equivalentes de caixa oriundo de incorporação	-	-	26.234
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.186)	(13.787)	20.898
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(42.112)	(51.313)	39.634
Caixa e equivalente de caixa no início do período	336.206	345.407	305.773
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	294.094	294.094	345.407

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito - Sicredi Rio Grande do Norte ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 06/05/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	3.208	2.056
Caixa	2.694	1.721
Depósitos bancários	514	336
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	290.886	343.351
Total	294.094	345.407

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.966	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	7.966	-
Total circulante	7.966	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	43.122	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	41.215	-
DI entre Banco e Cooperativas	1.907	-
Total não circulante	43.122	-

(i) Refere-se basicamente a aplicações que o Banco realiza nas Cooperativas para fornecer liquidez e aplicação que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na adquirencia, com taxa de remuneração de 120% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	98.445	75.791	174.236	149.496
Financiamentos	13.544	23.814	37.358	24.392
Carteira total	111.989	99.605	211.594	173.888

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	13.048	3	13.051	7.169
Total	13.048	3	13.051	7.169

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	178	-	-	-
Nível A	0,50	75.909	38.296	380	191
Nível B	1,00	83.355	63.782	833	638
Nível C	3,00	38.324	33.124	1.150	994
Nível D	10,00	16.156	27.928	1.616	2.793
Nível E	30,00	3.347	6.069	1.004	1.821
Nível F	50,00	344	2.459	172	1.230
Nível G	70,00	2.046	62	1.432	43
Nível H	100,00	4.986	9.337	4.986	9.337
Total		224.645	181.057	11.573	17.047

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	352	20.448	22.610	36.419	79.829	63.664
Industrial	5	674	4.503	2.306	7.488	6.909
Comércio	111	9.412	5.863	7.017	22.403	19.181
Outros Serviços	348	33.383	27.328	53.866	114.925	91.303
Total	816	63.917	60.304	99.608	224.645	181.057

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	54.559	24,29	44.506	24,58
50 devedores seguintes	49.365	21,97	48.604	26,85
100 devedores seguintes	28.739	12,79	24.445	13,50
Demais	91.982	40,95	63.502	35,07
Total	224.645	100	181.057	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	17.047	14.771
Constituição de provisão	459	(803)
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.933)	(1.579)
Saldo de incorporação	-	4.658
Saldo final	11.573	17.047

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.668 (2018 - R\$ 547), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 12.265 (2018 - R\$ 12.054).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	10	142
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	528	37
Adiantamentos por conta de imobilizações	77	2.047
Devedores por depósitos em garantia	10.019	7.934
Impostos e contribuições a compensar	14	38
Títulos e créditos a receber (ii)	13.048	7.168
Operações com cartões	192	324
Pendências a regularizar	1.537	860
Outros	38	568
Total Circulante	25.463	19.118
Títulos e créditos a receber (ii)	3	1
Total não circulante	3	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.630	6.470
Imóveis	3.534	6.449
Veículos e afins	96	-
Outros bens não de uso próprio	-	21
Despesas antecipadas	6	10
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(702)	(1.670)
Total Circulante	2.934	4.810

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 702 (2018 - R\$ 1.670) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	10.168	9.536
Sicredi Participações S.A.	1.136	868
Outras Participações e Investimentos	6	6
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outras Ações e Cotas	-	2
Outros Investimentos	4	2
Total	11.310	10.410

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	349.627 ON	278.737 ON	2	2	10.168.207	9.536.175
	786.356 PN	589.127 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,11%	0,10%	1,24%	1,24%	6,29%	6,47%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	1.136	868	2	2	10.168	9.536

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	16.632	(4.272)	12.360	3.372
Imobilizações em curso	-	938	-	938	296
Terrenos	-	4.509	-	4.509	330
Edificações	4%	5.830	(1.739)	4.091	2.070
Instalações	10%	1.483	(411)	1.072	85
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.783	(976)	807	333
Sistema de comunicação	10%	200	(65)	135	64
Sistema de processamento de dados	20%	1.336	(977)	359	148
Sistema de segurança	10%	320	(81)	239	45
Sistema de transporte	20%	233	(23)	210	1
Intangível (i)		1.189	(1.161)	28	46
Outros ativos intangíveis		1.189	(1.161)	28	46
Total		17.821	(5.433)	12.388	3.418

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	124.591	-	-	124.591	115.834
Depósitos a prazo	9.927	22.060	310.217	342.204	306.269
Total	134.518	22.060	310.217	466.795	422.103

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	1.511	2.278
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 13)	11.024	9.209
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	39	26
Pendências a regularizar	33	1.341
Operações com cartões	12.994	7.538
Demais fornecedores	254	151
Credores diversos	296	506
Total circulante	26.151	21.049

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 13 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	-	10	-	10
Cível	214	39	(156)	97
Tributária	8.995	1.922	-	10.917
Total	9.209	1.971	(156)	11.024

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	10	-
Cível	Provável	97	214
Tributária	Provável	10.917	8.995
Total		11.024	9.209

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 10; R\$ 78 (2018 - R\$ 0 e R\$ 0), respectivamente.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	77.751	79.731
Total de associados	9.898	8.735

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ (1.980) (2018 – R\$ 14.078), sendo R\$ 440 (2018 – R\$ 3.579) via integralização de resultados e R\$ 5.960 (2018 – R\$ 8.444), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 8.380 (2018 – R\$ 7.192).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 20% para o FATES.

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.545	18.691
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.418)	(7.850)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	3	-
Provisão resgate de milhas cartão	12	2
Provisão PPR e Outras Gratificações	-	2
Receita com atos cooperativos	5.308	7.936
Juros sobre capital próprio	1.863	2.003
Prejuízo fiscal	83	-
Lucros e dividendos	12	-
Outros	(29)	(2.093)
Subtotal	7.252	7.850
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(166)	-

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	51.088	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	290.886	343.351
Outros Créditos - Rendas a receber	72	27
Investimentos (Nota 09)	11.306	10.406
Passivo		
Outras Obrigações - Diversas (Nota 12)	12.752	7.164
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1	-
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	357	20
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	18.747	19.736
Despesas		
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	196	-
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	2.634	1.581

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	477	0,38%	495
Depósitos a prazo	738	0,22%	318
Operações de crédito	987	0,47%	661

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	4.427	3.565

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	257	188
Despesa de aluguéis	369	165
Despesa de comunicação	398	336
Despesa de manutenção e conservação	311	127
Despesa de material	180	133
Despesa processamento dados	366	375
Despesa de promoções e relações públicas	436	607
Despesa de propaganda e publicidade	-	25
Despesa de seguro	47	136
Despesa de serviços do sistema financeiro	892	734
Despesa de serviços de terceiros	420	517
Despesa de serviços de vigilância e segurança	802	425
Despesa de serviços de técnicos especializados	699	314
Despesa de serviços de transportes	472	424
Despesa de viagem	22	17
Despesa de depreciação e amortização	703	413
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.556	2.427
Outras despesas administrativas	818	814
Total	9.748	8.177

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	408	171
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	18.716	19.722
Reversão de provisões operacionais	2.169	688
Absorção de dispêncio FATES	2.556	2.417
Outras rendas operacionais	948	640
Total	24.797	23.638

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.139	2.261
Contribuições Cooperativistas	138	-
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	227	55
Contribuição Confederação Sicredi	1.107	5
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	946	1.501
Encargos da administração financeira	99	11
Repasse administradora de Cartões	89	-
Despesas de liquidação antecipada	974	225
Despesa de estorno de juros	421	502
Outras provisões operacionais	608	108
Outras despesas operacionais	901	847
Total	6.649	5.515

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	7.774	5.215
Total	7.774	5.215

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	94.107	92.509
Nível I (NI)	94.107	92.509
Capital principal - CP	94.107	92.509
Capital social	77.751	79.731
Reservas de capital	7.914	3.947
Lucros acumulados	9.605	9.745
Ajustes Prudenciais	(1.164)	(914)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	340.879	296.741
Margem de Capital (i)	53.201	56.900
Índice de Basileia (PR / RWA)	27,61%	31,17%
Situação de Imobilização (Imob)	12.362	3.375
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13,14%	3,65%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Edvaldo Barbosa de Vasconcelos
Diretor Executivo
CPF: 089.051.004-06

Carmelo Pena Fraga
Diretor Operacional
CPF: 103.683.884-68

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20